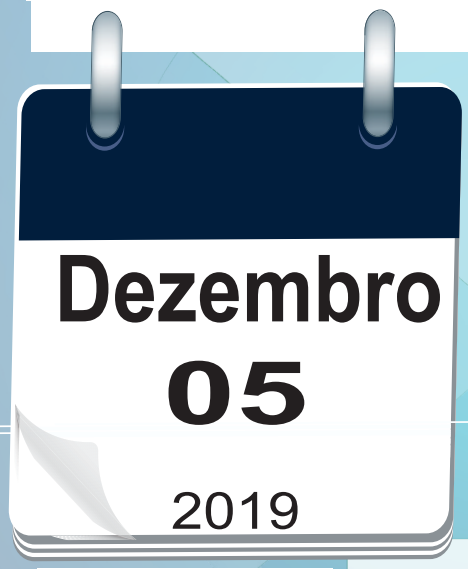
CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

O POPULAR (05/12)

Enel atinge 16% da demanda prevista para o ano de 2019

ENERGIA Dados de outubro da AGR indicam melhorias no serviço após termo de compromisso firmado com o governo do Estado; conexões rurais atingiram 72% da meta esperada para o ano

Katherine Alexandria
katherine.alexandria@opopular.com.br

A assinatura do termo de compromisso entre a Enel e o Estado de Goiás completou 100 dias ontem. O balanço, ao menos até o último relatório divulgado pela Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR), que tem como base outubro, é de que a distribuidora tem conseguido progressos nas melhorias pedidas no documento. Mas, no que diz respeito à demanda reprimida, só atendeu 16,29% do combinado para 2019.

Segundo a Enel Distribuição Goiás, o restante será atendido dentro do prazo com ações feitas em novembro e obras que ainda serão entregues este mês. No relatório técnico da AGR sobre outubro, a conclusão é que de maneira geral a empresa tem atendido o cronograma estabelecido. Das conexões rurais previstas, alcançou 72,8% das conexões para o ano, o que representa um crescimento de 20,4% se comparado com o registrado em setembro.

No caso da instalação de bancos capacitores, que elimina uma espécie de corrente fantasma e faz com que a capacidade do sistema passe a ficar disponível, passou de 12% para 25,3% de cumprimento. A evolução mais lenta ficou mesmo por conta da principal queixa feita pela equipe técnica do governo estadual: a demanda reprimida.

O progresso representou apenas 3,29%. Desde que o termo foi assinado, foi liberada ligação de energia para apenas 28 pedidos de carga. A principal queixa é de que sem maior celeridade há perda de competitividade do Estado, pela dificuldade que empresas enfrentam em abrir novas unidades ou fazer expansões que demandem novas ligações no sistema da Enel.

O que está programado para este mês e que pode fazer com que o acordo seja cumprido é a conclusão da Subestação Santana, em Anápolis, a ampliação de subestações em Trindade e Caldas Novas e também a implantação da Subestação Mineiros. O próximo relatório da AGR será divulgado ainda este mês. No entanto, o último deste ano será emitido apenas em janeiro. Só depois disso é que a agência dará um parecer final e será possível saber se a distribuidora honrou o compromisso.

O termo assinado entre a distribuidora, o governo goiano, Ministério de Minas e Energia (MME) e Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) teve como objetivo acelerar o aumento da oferta e a melhoria da qualidade do fornecimento de energia na área da concessão da Enel. O prazo total para isso é de três anos, termina em 2022.

Há metas anuais e, conforme a AGR, a análise divulgada mensalmente aponta dados parciais e o relatório é feito com dados apresentados pela própria empresa. Caso não sejam cumpridas as metas, a AGR deve chamar a Enel para expor as justificativas e definições de novos prazos para cumprimento. Não há previsão de aplicar penalidade.

Por nota, a Enel afirmou que nesses 100 dias de acordo cumpre "rigorosamente o cronograma estabelecido para acelerar o aumento da oferta de energia em todo o Estado". Quanto ao atendimento da demanda reprimida, afirma que até 2022 atenderá 100% da demanda reprimida com a conclusão de obras de infraestrutura de grande porte. Sobre as demandas definidas para 2019, diz que realizou até novembro mais de 45% das ações previstas para o ano, sendo que a expectativa era atender cerca de 35%.

INDICADORES

Já em relação aos indicadores de qualidade, relatório da AGR também traz balanço do acompanhamento do Plano Emergencial firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) no início do ano. Houve melhorias com redução no número de regiões do Estado que extrapolaram os limites para duração (DEC) e frequência (FEC) das quedas de energia em comparação com 2018. Porém, apenas a média para outubro comparado com setembro apresentou piora.

Caiu de 26 para 19 o número de conjuntos elétricos que cumprem as metas, do total de 156. Sobre isso, a empresa diz que os investimentos realizados "já refletiram na melhora dos indicadores DEC de 101 conjuntos elétricos do Estado de Goiás (...) e o FEC apresentou melhora em 108 conjuntos". Se descumprir o Plano Emergencial, as consequências podem ser mais sérias e, em último caso, pode resultar na perda da concessão.

Com base nesses relatórios, o governador Ronaldo Caiado (DEM) relatou as queixas dos goianos ao procurador-geral da República, Augusto Aras, na segunda-feira (2). Ontem, representante da Enel Brasil foi ao Ministério Público Federal de Goiás (MPF) como forma de se antecipar à possível ação civil pública.

De olho na Enel

Nota técnica da AGR aponta o que a distribuidora já fez dentro do que se comprometeu no Termo de Compromisso assinado com Estado em agosto

	O QUE FOI CUMPRIDO		COMPROMISSO
	Setembro	Até outubro	Até dezembro de 2019
Banco de capacitores	33,6 MVAr*	52,5 MVAr	**207 MVAr**
Conexões rurais	370 conexões	510 conexões	**700 conexões**
Atendimento da demanda reprimida	13,1 MVA**	16,45 MVA	**101 MVA**

INDICADORES

Com base em média móvel de setembro de 2018 a agosto de 2019, veja quantos dos 156 conjuntos da Enel cumprem limite para duração (DEC) e frequência (FEC) de quedas de energia

	Setembro	Outubro
Cumprem DEC e FEC	26 conjuntos	44 conjuntos
Cumprem DEC	2 conjuntos	5 conjuntos
Cumprem FEC	31 conjuntos	40 conjuntos
Não cumprem DEC e FEC	97 conjuntos	67 conjuntos

*Megavolt-ampère-reativo (MVAr) **Megavolt-ampère (MVA)
Fonte: AGR

Companhia não descarta ir à Justiça para manter concessão

A Enel acredita que conseguirá convencer, pelos resultados já obtido e pelos compromissos de investimento assumidos, que tem melhorado as operações de sua distribuidora de energia em Goiás. Mas a empresa não descarta ir à Justiça para garantir à continuidade do contrato de concessão da Enel Goiás (ex-Celg-D). "Se precisarmos, vamos ao Judiciário", disse o presidente da Enel Brasil, Nicola Cotugno, em entrevista ao *Estadão/Broadcast*.

"Estamos acreditando no trabalho feito e, se não for reconhecido através de debate normal, de discussão, de encontro das partes, podemos ir ao poder judiciário para esclarecer isso", acrescentou o executivo, salientando que esse não é um conflito que interessa à empresa.

Ainda assim, a judicialização pode ser inevitável. Nesta semana, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), apresentou ao procurador-geral da República, Augusto Aras, relatório sobre os problemas de abastecimento de energia em seu Estado provocados pela Enel Goiás, que na sua avaliação, não atende a requisitos de qualidade de fornecimento de serviço.

Na reunião, ouviu o compromisso de que os documentos seriam encaminhados ao Ministério Público Federal em Goiás, que teria competência para avançar com uma ação civil pública. "Estamos à disposição do sistema para reclamar os direitos que temos ou demonstrar a razão que temos. Trabalhamos em um sistema no País onde acreditamos que a segurança jurídica seja respeitada, não temos medo disso", disse Cotugno.

Aras também indicou que medidas extrajudiciais seriam tomadas, com o envio do material apresentado pelo governador para a Câmara de Ordem Econômica e Consumidor da PGR, de forma a atuar administrativamente.

Essas são as mais recentes iniciativas de um enfrentamento à atuação da Enel no Estado, que já encara tentativas do legislativo estadual e federal de encerrar o contrato de concessão. Diante dos movimentos, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse, na semana passada, que considera "juridicamente impossível" a reestatização da distribuidora. (Agência Estado)

O POPULAR (05/12)

PEC da Educação é aprovada em primeira votação

ASSEMBLEIA Texto que fixa mínimo de 25% da receita para o ensino foi incluído em relatório de proposta sobre promoção de servidores; oito deputados votaram contra

Carla Guimarães
carla.guimaraes@opopular.com.br

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que modifica texto sobre repasse de recursos da receita estadual à educação foi aprovada em primeira votação ontem à tarde na Assembleia Legislativa. A matéria recebeu 39 votos, 31 a favor e oito contrários e poderá voltar hoje ao plenário para votação final.

O texto aprovado prevê que o Estado aplicará no mínimo 25% da receita na manutenção e desenvolvimento do ensino, sem fixar que, destes, 2% seriam para a Universidade Estadual de Goiás (UEG), como acontece hoje. Segundo o líder do Governo, Bruno Peixoto (MDB), a mudança atende apenas uma formalidade que o Tribunal de Contas do Estado exige, visto que a Constituição estabelece o mínimo de 25% para a área.

A mudança no artigo 158 da Constituição Estadual foi acrescentada pelo deputado Álvaro Guimarães (DEM) em seu relatório da PEC de autoria de Vinícius Cirqueira (Pros) que acrescenta a educação entre as carreiras que se permite haver promoção uma vez por ano. Atualmente, essa possibilidade está limitada às carreiras integrantes da segurança pública, administração penitenciária e saúde.

O relatório de Álvaro, que também estabeleceu que a emenda produziria efeitos já em relação ao exercício financeiro de 2019, foi aprovado na Comissão de Constituição de Justiça e Redação (CCJ) no último dia 26 e chegou a entrar em pauta na semana passada. Porém, recebeu emendas em plenário, uma de Cláudio Meirelles (PTC), adiando os efeitos para o exercício financeiro de 2020 e outra, da base do governador, que recebeu três assinaturas, estabelecendo que a promoção dos servidores da educação prevista na PEC de Vinícius ficaria condicionada a autorização do chefe do Executivo.

Com os pedidos de alteração, o relatório voltou para CCJ e foi aprovada apenas com a emenda da base. Porém, na terça-feira (3), quando a proposta seria votada, foi verificado que a emenda não teria cumprido os requisitos necessários, como mínimo de 14 assinaturas.

Além disso, Vinícius solicitou retificação da autoria da PEC, visto que ela estava tramitando como se fosse de Zé Carapô (DC). A correção foi feita e, com as emendas em plenário desconsideradas, foi votado ontem o texto relatado por Álvaro. Votaram contra a PEC os deputados Alysson Lima (Republicanos), Talles Barreto (PSDB), Lucas Calil (PSD), Henrique Arantes (MDB), Hello de Sousa (PSDB), Lêda Borges (PSDB), Cláudio Meirelles (PTC) e Adriana Accorsi (PT). Estavam ausentes: Antônio Gomide (PT) e Gustavo Sebba (PSDB).

A matéria aprovada foi a quarta tentativa do governo de fixar em 25% o montante a ser destinado à educação (*veja quadro*). Lêda afirmou que votaria contra por acreditar que a mudança poderia prejudicar a universidade. Segundo Bruno, dentro dos 25%, o governador vai definir o porcentual que irá para a faculdade, mas afirma que a medida "não trará prejuízo financeiro nem à educação básica nem à UEG".

Ontem, também foi apresentada em plenário PEC de Talles Barreto que pede a retirada de agentes de segurança à disposição dos ex-governadores.

Idas e vindas

A chamada PEC da Educação estabelecendo 25% para o ensino foi aprovada em primeiro turno depois de sucessivas tentativas

1ª tentativa/junho
Via emenda de Bruno Peixoto (MDB), em PEC também de autoria dele sobre propaganda de ações parlamentares;
- Falta de assinaturas evita continuidade da tramitação da emenda

2ª tentativa/setembro
Alteração é acrescentada à PEC de Vinícius Cirqueira (Pros) sobre operações com cartões de crédito e débito
- Matéria foi aprovada em plenário, mas foi suspensa pela Justiça por falha no rito processual

3ª tentativa/novembro
Bruno Peixoto (MDB) apresenta PEC sobre o tema
- A proposta precisaria aguardar dez sessões para começar a tramitar, mas acabou retirada

4ª tentativa/dezembro
Para tentar votar a alteração ainda neste ano, a mudança foi incluída em relatório de outra PEC, de autoria de Vinícius Cirqueira, sobre promoção de servidores da Educação
- A matéria seria votada dia 3 de dezembro, mas foi constatado o não cumprimento de requisitos legais (assinaturas insuficientes) em emenda incluída
- Proposta com a modificação foi aprovada ontem

O POPULAR (05/12)

Medida reduz burocracia

CANNABIS MEDICINAL Liberação de venda dos medicamentos muda trâmite e farmácias vão treinar profissionais para atender população. Curso em Goiânia ensina médicos a prescrever

Cristiane Lima
cristiane.lima@opopular.com.br

O anúncio da autorização pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) da comercialização no Brasil de remédios à base de cannabis, nome científico da maconha, chegou esta semana sem permitir o cultivo da planta. Isso significa que o processo de acesso ao medicamento deve ser menos burocrático a partir de agora, além de ser um incentivo para que mais profissionais estudem sobre como prescrever o canabidiol. Mas a impossibilidade de cultivo em território nacional para pesquisa e produção ainda preocupa especialistas na área.

A professora da escola de agronomia da Universidade Federal de Goiás (UFG), Abadia dos Reis Nascimento, diz que reunir conhecimento técnico sobre este assunto é importante. "Quando chegar a hora temos que estar prontos. Temos todos os fatores favoráveis para o cultivo da cannabis e temos que investir nisso", diz. De hoje até o próximo sábado acontece no Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) e na Escola de Agronomia da UFG o Simpósio de Cultivo de Cannabis Sativa no Cerrado para Uso Medicinal.

A professora destaca que a aprovação de venda de produtos à base da cannabis é um passo importante, mas ter a obrigação de trazer este medicamento de fora ainda é um retrocesso. "Sabemos que o cerrado, por exemplo, é propício à plantação. Se já tivéssemos pesquisas aqui e tivéssemos a liberação de plantio, este mesmo medicamento poderia ter controle de qualidade desde o início de sua produção. Sabemos que o cerrado oferece ótimas condições para a planta e queremos discutir mais sobre isso", diz.

Ela destaca que o evento contará com palestras e mesas redondas ligadas ao assunto. "Será um evento multidisciplinar. Queremos discutir o plantio, mas também queremos desmistificar muita coisa, com participação de advogados e médicos também." Ela diz que este é o primeiro simpósio sobre o tema organizado no Estado e que, certamente, muitos outros serão necessários.

Diretor-geral da Associação Goiana de Apoio e Pesquisa à Cannabis Medicinal (Ágape), Yuri Bem-Hur da Rocha Tejota diz que é positiva a decisão da Anvisa, mas que pesquisar a planta é fundamental. "Não existe só um tipo de cannabis e não queremos o uso desregulado, indiscriminado. Defendemos que o produto esteja disponível para outras doenças, que não apenas a listada pelo Conselho Federal de Medicina", diz. O CFM só autoriza médicos a prescreverem o uso compassivo do canabidiol no tratamento de epilepsias em criança e adolescentes que sejam refratárias aos tratamentos convencionais.

O médico diretor da Associação Goiana de Apoio e Pesquisa à Cannabis Medicinal (Ágape), João Carlos Normanha Ribeiro é um dos organizadores do evento e vai falar com os participantes sobre o sistema as aplicações clínicas deste medicamento e como ele atua no ser humano. "Ainda existe muito preconceito e é preciso deixar claro que o uso recreativo da maconha é muito diferente do que se propõe com o uso medicinal. Este é um medicamento diferente de tantos outros, mas para que ele seja usado da melhor maneira, precisamos conhecê-lo. Isso só vai ser possível, de fato, quando pudermos cultivar a planta para pesquisá-la.



Para Yuri Tejota, diretor-geral da Agape, decisão da Anvisa é positiva

> *"Se já tivéssemos pesquisas aqui, este mesmo medicamento poderia ter controle de qualidade desde o início de sua produção"*
>
> **Abadia dos Reis Nascimento, professora da Escola de Agronomia da UFG**

Ribeiro destaca que eventos como este são apenas o começo da discussão e defende a participação de toda a sociedade. "Existe uma pesquisa que aponta que pelo menos quatro milhões de pessoas poderiam ser tratadas com a cannabis no Brasil. É um universo muito grande e, infelizmente, a decisão da Anvisa, apesar de facilitar o acesso, ainda não atinge o paciente do SUS. Por enquanto, só facilita o acesso para quem já tem condição de comprar", diz.

Atualmente, há cerca de 14 mil pedidos em andamento na Anvisa para importar o medicamento. Apenas neste ano, a Anvisa recebeu 5.321 pedidos de compra de remédios com canabidiol, 47% acima das 3.613 solicitações em todo o ano passado. Normanha acredita que a ampliação do conhecimento deve aumentar ainda mais esta lista de interessados.

Farmacêuticos serão treinados

O Conselho Regional de Farmácia do Estado de Goiás (CRF-GO) informou que vai treinar os farmacêuticos para atender as novas normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). De acordo com a resolução da pasta, os produtos liberados poderão ser para uso oral e nasal, em formato de comprimidos ou líquidos, além de soluções oleosas. Vice-presidente do CRF-GO e fiscal da Vigilância Sanitária, Luciana Calil diz que é importante que o farmacêutico tenha este conhecimento porque é a pessoa mais acessível da população. e poderá orientar da maneira adequada. A comercialização ocorrerá apenas em farmácias e drogarias sem manipulação. Itens serão vendidos prontos, mediante prescrição. Ainda não há previsão para início da comercialização, que irá depender de uma série de fatores, já que são remédios importados. Essa resolução cria uma nova classe de produtos, que passam a ser chamados de "produtos à base de cannabis". O medicamento deverá ser prescrito com numeração fornecida pela Vigilância Sanitária. A concentração do Tetra-hidrocanabinol (THC), que é a parte alucinógena da erva, deverá sempre ser menor que 0,2%. Será necessário renovação da receita em até 60 dias. Em casos acima desse percentual, o receituário será do tipo A, semelhante ao da morfina.

"Ainda há preconceito", diz médico

Médico psiquiatra, Airton Ferreira dos Santos Filho diz que ainda existe preconceito na prescrição deste tipo de medicamento. Para ele, a falta de conhecimento é o que mais interfere no acesso da população ao canabidiol no tratamento contra diversas doenças.

Para ajudar os médicos que desejam acessar estes medicamentos, um treinamento será realizado amanhã no Oitis Hotel de 9 às 18 horas. A médica Ana Hounie, membro da Sociedade Brasileira de Estudos de Cannabis Sativa, referência neste assunto, vai explicar para os médicos como proceder.

Este evento é exclusivo para médicos, mas não há restrição de especialidade. Filho diz que a intenção é que profissionais das diversas áreas da saúde participem para conhecerem e despertarem para esta possibilidade de tratamento. Ele ressalta que administrar esta substância de maneira medicinal é diferente de usar a maconha. "Precisamos de mais conhecimento para acabar com o preconceito. Muitas pessoas poderiam ter tratamentos mais adequados e estamos em busca disso com este evento", explica.

A gerente comercial Maria Aparecida de Lima Ribeiro, de 47 anos, busca o tratamento com o canabidiol há cerca de dois anos. Ela diz que a luta contra um câncer fez com que buscasse todas as alternativas possíveis. "A cada sessão de quimioterapia eu fico extremamente mal. Acompanho algumas pessoas que já conseguiram e elas tem melhora considerável para dormir, para comer, menos dores. Precisamos de mais médicos que entendam que este é um medicamento que pode melhorar nossa qualidade de vida, que pode mudar a nossa vida", diz.

> *"Quando conhecemos um médico prescritor avisamos aos colegas para que todos tenham acesso ao tratamento e, assim, qualidade de vida"*
>
> **Maria Aparecida de Lima Ribeiro, paciente**

Ela diz que se mudou para Brasília para tentar consulta com um médico da Capital Federal que prescreve o medicamento. "Se mais médicos tivessem conhecimento, não precisaríamos fazer essa peregrinação atrás dos 'médicos prescritores'. Temos grupos no WhatsApp de pessoas que também estão na luta contra o câncer e quando uma pessoa diz que conheceu um médico prescritor, fazemos o possível para ir até ele. Isso tudo porque buscamos uma vida menos dolorosa."

Ana Hounie vai discutir com os participantes desde a perspectiva histórica e a descoberta do sistema endocanabinoides até as evidências científicas do uso de canabinoides nas diversas patologias-autoimunes, psiquiátricas, neurológicas, entre outras. A questão legal da prescrição também será discutida, assim como as orientação de como prescrever estes medicamentos, além das interações medicamentosas. Casos clínicos serão apresentados com depoimentos e detalhes dos resultados. Entre os casos, pacientes com epilepsia, autismo e Alzheimer que receberam tratamento.

Airton Filho diz que o preconceito ainda existe, mas entende que a ampliação da discussão, aos poucos, deve reduzir a recusa. "É natural, inclusive, que mais pessoas tenham interesse e isso faça com que os médicos tenham a necessidade de buscar qualificação. Entendemos que mais cedo ou mais tarde isso vai ocorrer então os profissionais terão que saber como manusear e receitar", diz.

O Conselho Federal de Medicina (CFM) e o Conselho Regional de Medicina de Goiás (Cremego) entendem que o canabidiol "não pode ser considerado medicamento e, portanto, não existe maconha medicinal" e que ainda não existe estudos para definir se a substância pode ou não causar dependência.

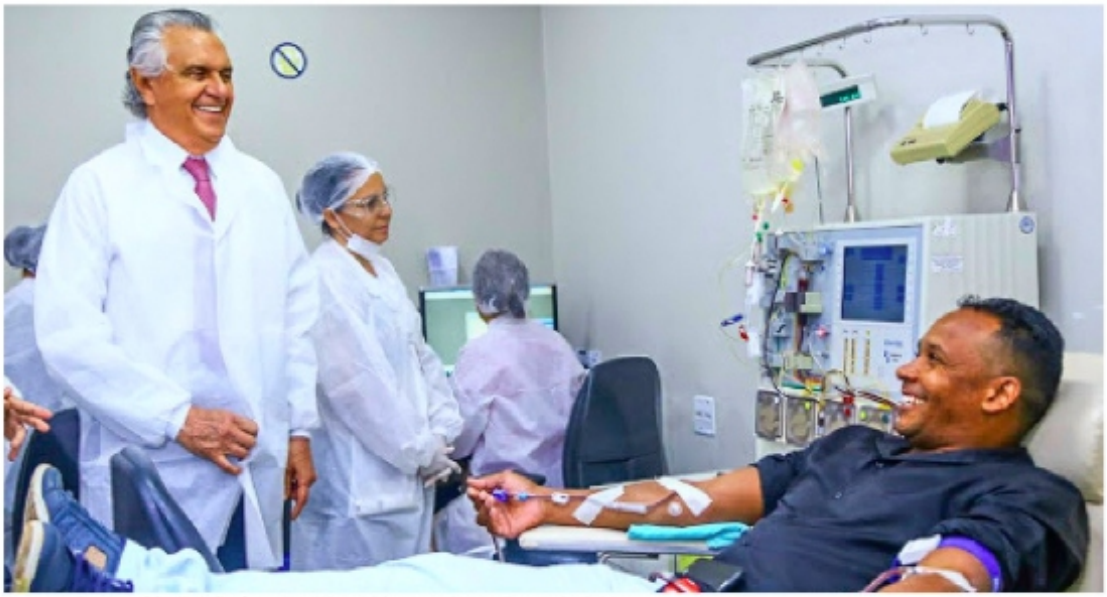
DIÁRIO DA MANHÃ (05/12)

"Não vamos fazer 'puxadinho' em obra pública"

Afirmação é do governador Ronaldo Caiado ao lançar reforma do Hemocentro; obra está orçada em R$ 5,16 milhões e a previsão da conclusão é em 150 dias

Da Redação

Em 150 dias, o Hemocentro Coordenador Professor Nion Albernaz (Hemogo) estará novinho em folha à disposição de toda a população goiana, em especial aos heróis anônimos que salvam vidas com doação de sangue. "Nem um dia a mais", assegurou o governador Ronaldo Caiado ao assinar nesta quarta-feira (4/12), na sede da unidade, na Avenida Anhanguera, a ordem de serviço para revitalização e reforma da unidade. A obra, orçada em R$ 5,16 milhões, ficará a cargo da empresa Primecon Construtora, vencedora do processo licitatório ocorrido em 8 de novembro. O valor já foi repassado pela Secretaria de Estado da Saúde (SES) ao Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano (Idtech) e depositado em fundo específico na modalidade poupança na Caixa Econômica Federal.



Governador Ronaldo Caiado durante visita ao Hemocentro nesta quarta-feira

Uma marca da gestão de Caiado tem sido não autorizar o início de obras sem que haja recurso empenhado, em total respeito ao dinheiro público. "Com o dinheiro em conta, eu não vou aceitar projeto 'meia-boca' Nós não vamos fazer 'puxadinho' em obra pública. Quero que as coisas sejam feitas com dignidade", ordenou. Outros recursos já estão assegurados pela SES para investimento em mobília e equipamentos. "Não vamos fazer obras politiqueiras. Como médico que sou, sei a responsabilidade que tenho. Vamos fazer obras estruturantes para que, amanhã, tenhamos também o Hemocentro em outras regiões do Estado", completou o governador. O vice Lincoln Tejota destacou que a diferença quando o dinheiro já está garantido é notável e completou: "Investir em Saúde é investir em vida".

O secretário Ismael Alexandrino pontuou que gerir a Saúde do Estado é um desafio, e ao mesmo tempo, um privilégio. "Impactar positivamente a vida de 7 milhões de pessoas com responsabilidade, qualidade, atendendo a todas as normativas atuais, não é nada fácil. Ao mesmo tempo, é muito prazeroso quando você tem um propósito de vida de realmente impactar positivamente a vida de tantas pessoas", refletiu.

Diante de Dona Geralda Albernaz, viúva daquele que nomeia o Hemocentro, Caiado rememorou o legado deste que foi um dos prefeitos mais emblemáticos da história da capital. Afirmou que, para ser bom político é preciso ter espírito público, com dedicação e amor pelo que se faz. Lembrou também o trabalho da ex-primeira dama com pinturas e artesanatos, que foram tão marcantes com Nion na administração municipal, e a nomeou para se encarregar da humanização do espaço. "A senhora vai fazer esse complemento, com toda a sensibilidade que tem, para dar um charme especial, com obras de arte e florir o ambiente", pediu.

"Conversava sempre com o professor Nion, até porque em 1996 nós tivemos uma aliança na qual ele chegou à prefeitura. Ele dizia sempre que era preciso entender que temos que fazer as obras, mas precisamos dar o cunho social aos nossos governos. Não podemos mais distanciar o atendimento das pessoas. É fundamental que o cidadão sinta bem atendido, que tenha serviço de qualidade. Isso é um fato muito marcante na minha gestão, teve uma influência muito grande", recordou Caiado, que finalizou: "nada é mais desrespeitoso do que anunciar uma obra, a exemplo das mais de 400 inacabadas que temos em Goiás, sem que realmente cumpram a sua função de poder atender a população."

CARÊNCIAS ANTIGAS

"Essa reforma vai ser fantástica porque a gente hoje luta contra a estrutura. Nós recebemos o Hemocentro em situações precárias, de desabastecimento, estrutura física muito comprometida", comentou a diretora da unidade, Denise Goulart. Inaugurado há 31 anos, o prédio terá sua área construída aumentada em 65% para atender à demanda atual dos serviços de coleta e transfusão, além de atendimento ambulatorial no tratamento de mais de dez doenças ligadas ao sangue e fornecimento de medicamento para pacientes.

DIÁRIO DA MANHÃ (05/12)

OVG e Governo de Goiás abrem o Natal do Bem na Praça Cívica

Da Redação

A Praça Cívica ganha mais brilho, cores e boas energias para este momento especial de fim de ano. Nesta quinta-feira, dia 05 de dezembro, às 19 horas, o governador Ronaldo Caiado e a presidente de honra da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), Gracinha Caiado, inauguram a decoração do Natal do Bem. A abertura terá a chegada do Papai Noel e apresentações artísticas. Em um tablado montado na porta do Palácio das Esmeraldas, 100 crianças do Coro Infantil do Gustav Ritter apresentarão uma Cantata Natalina. No repertório, canções como "É Natal", "Dim Dom", "Rap do Nascimento", "Forró dos Anjos" e "Feliz Natal".

A principal atração da noite será o espetáculo "Natal de Encantos 2019". Pensado com muito carinho, o musical reunirá 50 artistas profissionais, que vão misturar arte circense, música, danças urbanas e ginástica rítmica. A apresentação terá cenários digitais e figurinos glamourosos montados especialmente para a ocasião.

O espetáculo trará em seu roteiro a história de um jovem casal, Nic e Noela, que aceitam a missão de se tornarem símbolos do Natal para o mundo inteiro. A obra, criada para passar uma mensagem de amor, paz e união, terá a direção musical de Victor Hugo Igreja, produção cênica de Alinne Vieira e apresentação especial do Coro Negro Gyn Masschoir, que tem como destaque a solista Roberta Gleyce.

NOVOS ESPAÇOS

A Praça Cívica ganhou uma iluminação caprichada. São 170 mil lâmpadas de LED que darão formas aos cenários natalinos. Enfeites gigantes estarão espalhados pela Praça, entre eles uma bola de Natal 3D de com 6,5 metros de altura. As árvores naturais estão sendo ornamentadas com pingentes de luz e a beleza arquitetônica do Palácio das Esmeraldas será reforçada com muitas luzes.

Uma árvore de Natal com 12 metros de altura promete chamar a atenção. A peça levará enfeites confeccionados por alunos dos 6º e 7º anos da Rede Pública Estadual de Ensino. Com materiais recicláveis, como jornais e garrafas PET, eles criaram sinos, bolas de Natal, anjos, renas e flores.

A Praça Cívica ganhou três tendas natalinas ligadas por túneis de luzes. Juntas, somam 1.600 metros quadrados de área coberta. A principal delas tem dois pórticos de entrada iluminados e em formato de coração. É neste espaço que estará a Casa do Papai Noel, cercada por um jardim de pinheiros. No teto, 27 grandes guirlandas reforçarão a decoração natalina.

Uma árvore de Natal de madeira de três metros de altura deve atrair a atenção do público. É uma espécie de cenário interativo onde as pessoas poderão subir para tirar fotos, como se fossem parte da decoração. A tenda tem ainda um espaço lúdico que remete à Lapônia, no Polo Norte, terra do Papai Noel, e um presépio com peças em tamanho humano.

Uma das tendas laterais abriga a praça de alimentação. O Natal do Bem tem também um parquinho, onde as crianças poderão brincar de graça. O local de interatividade conta com escorregador inflável e camas elásticas. O funcionamento será das 18 às 22 horas, de 05 a 25 de dezembro. Em uma terceira tenda está o palco para as apresentações artísticas gratuitas, com 400 cadeiras. Haverá atração todas as noites e a programação inclui música, teatro e dança.

Uma das apresentações de destaque é o espetáculo natalino Angelis, uma apresentação multimídia em forma de concerto, com música, dança, projeção mapeada e efeitos especiais. O show será no dia 14 de dezembro, às 20 horas, e reunirá 20 artistas em cena entre bailarinos, cantores, músicos, acrobatas e atores.

O Angelis é uma criação da D'arte Multiarte, empresa da Serra Gaúcha especializada na criação, produção e execução de espetáculos como o Natal Luz de Gramado e o Sonho de Natal de Canela, do Rio Grande do Sul. O Natal do Bem irá arrecadar alimentos não perecíveis em um ponto de coleta na Praça Cívica. A OVG destinará as doações às pessoas em situação de vulnerabilidade social.

ENTREGA DE BRINQUEDOS

A OVG e o Governo de Goiás vão distribuir 600 mil brinquedos nos 246 municípios goianos, ao longo do mês de dezembro. Na capital, a entrega de presentes será no dia 15, a partir das 8 horas, no Ginásio Goiânia Arena. A atração principal do evento também será o espetáculo Angelis.

DIÁRIO DA MANHÃ (05/12)

Meio ambiente

Assembleia aprova nova política de licenciamento ambiental

Determinação é de que ocorra desburocratização; iniciativa será capaz de destravar R$ 20 bilhões em investimentos

Da Redação

A Assembleia Legislativa aprovou, na terça-feira (03/12), em votação definitiva, a nova Política de Licenciamento Ambiental de Goiás. A secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), Andréa Vulcanis, fez, no início da noite, um agradecimento especial aos autores do projeto de lei, o presidente da Casa, Lissauer Vieira (PSB), e o líder do Governo, deputado Bruno Peixoto (MDB). Ela destacou os esforços do governador Ronaldo Caiado no sentido de tornar realidade uma lei moderna, que avança na desburocratização e nos critérios de fiscalização.

As inovações contidas na medida serão capazes de destravar mais de R$ 20 bilhões em investimentos para o Estado, uma conquista que Andréa Vulcanis considera de toda a sociedade. "Parabéns a todos que prestam essa contribuição histórica para Goiás e seu povo", disse a titular da Semad.

A aprovação pela AL é o primeiro passo que permitirá zerar mais de 3 mil processos de licenciamento ambiental em Goiás, uma fila que chega a cinco anos para conseguir um documento.

O projeto de lei traz novidades em relação ao modelo atual. O primeiro deles é o Licenciamento Corretivo (LC), que incentiva os empreendedores que estão irregulares a se adequarem. O segundo dispositivo é o Licenciamento por Adesão e Compromisso (LAC), que torna mais célere, transparente e seguro o processo de estabelecimentos com baixo potencial de dano ambiental.

O texto aprovado avança em pontos que a atual legislação não abrange ou que têm normativas contraditórias. Segundo Andréa Vulcanis, além da maior eficiência nas análises, com a desburocratização do licenciamento, é importante garantir segurança jurídica para os empreendimentos, sem perda de qualidade nas análises e sem danos para o meio ambiente. "O projeto foi feito, como costumamos dizer, a oito mãos, com os esforços dos dois parlamentares, do governador Ronaldo Caiado e meu, representando toda uma equipe da secretaria", afirma.



Secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Andréa Vulcanis: inovações contidas na medida serão capazes de destravar recursos para o Estado

"Com os amplos debates que foram feitos no período que antecedeu a elaboração do texto, conseguimos arredondar a proposta", diz Andréa Vulcanis. "Estabelecemos consulta aberta em nossos canais na Internet. Fizemos questão de ouvir a sociedade em reuniões públicas também. Dialogamos com os diversos segmentos que atuam na produção rural, na indústria, no setor de serviços, bem como ouvimos sugestões da academia e de profissionais que poderiam colaborar de alguma forma", pontua. "Com ideias e sugestões de todos os interessados, pudemos garantir um texto coeso e moderno, que traz segurança para quem inicia os processos hoje no Estado de Goiás", completa.

DIÁRIO DA MANHÃ (05/12)

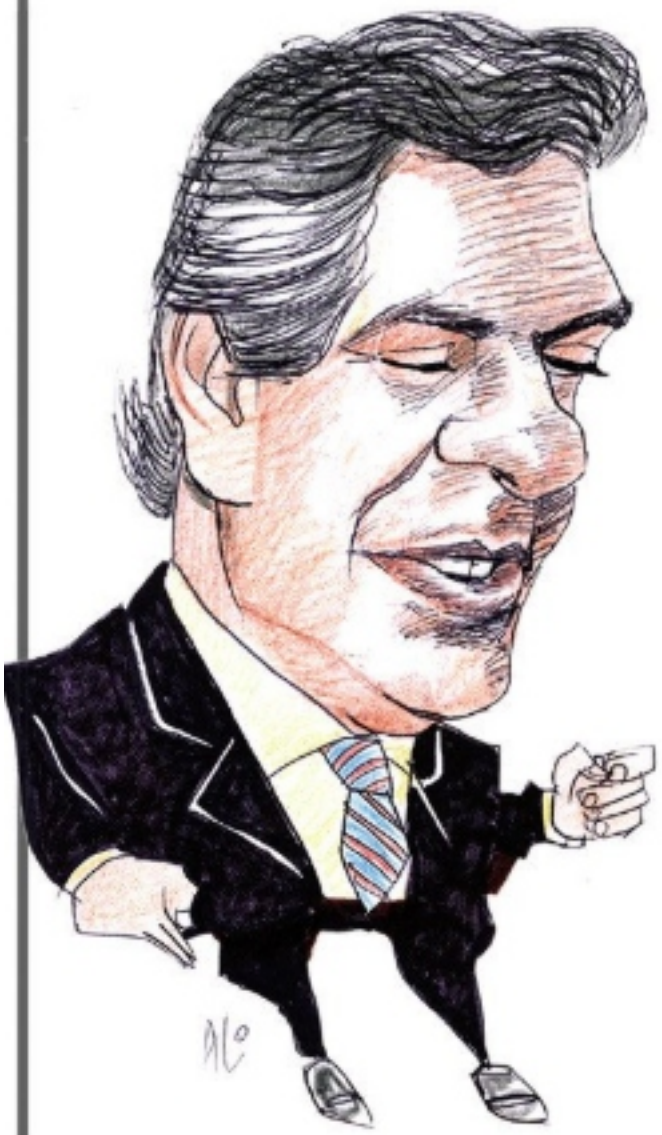


Fio Direto

SUELY ARANTES

Caiado sanciona lei anticorrupção e premia vencedores do Compliance

O Governo de Goiás realiza a Semana de Combate à Corrupção, tendo em vista o Dia Internacio-nal de Combate à Corrupção, comemorado em 9 de dezembro. Uma das ações ocorrerá hoje, quando o governador Ronaldo Caiado divulgará e premiará os órgãos estaduais melhores colocados no Programa de Compliance Público de Goiás e no ranking de Transparência estadual. Também serão assinados os decretos de regulamentação da Lei Anticorrupção e do Sistema Correcional de Goiás, além de lançado o curso de Ética em EAD, com o professor Clóvis de Barros Filho e entregue a Certificação Profissional em Compliance Público a servidores estaduais que completa-ram a capacitação. Um dos decretos que serão assinados pelo governador Ronaldo Caiado regulamenta a lei anticorrupção (Lei nº 18.762/2014), que responsabiliza administrativa e civilmente empresas pela prática de atos de corrupção contra a administração pública estadual.



DIÁRIO DA MANHÃ (05/12)



Fio Direto

SUELY ARANTES



Eleição no TCM

Em sessão técnica ontem, o conselheiro Joaquim de Castro foi reconduzido à presidência do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) para o biênio 2020/2021. Foram eleitos também para compor a mesa diretora os conselheiros Daniel Goulart (vice-presidente), Francisco José Ramos (corregedor) e Valcenôr Braz (ouvidor).

DIÁRIO DA MANHÃ (05/12)

Estado

Salário de novembro dos servidores será liberado hoje

Da Redação

A Secretaria de Estado da Economia informou que o pagamento da folha salarial de novem-bro do funcionalismo estadual será liberado nesta quinta-feira, 5. O dinheiro deve estar dis-ponível nas contas de todos os servidores. De acordo com a legislação estadual, o prazo de pagamento é de até o dia 10 após o mês vencido.

Depois de quitar o mês de outubro, o governador Ronaldo Caiado (DEM) afirmou que pre--tendia organizar o cronograma de pagamento da folha. Com esse repasse, o governo vai con--cluir o décimo segundo salário do ano, com exceção dos servidores da Saúde.

Um dos esforços do governo Caiado foi quitar, em seis parcelas, a folha dos servidores refe-rente ao mês de dezembro/2018, herança do governo José Eliton (PSDB). Apesar da crise financeira vivida pelo Estado, Caiado tem conseguido pagar o funcionalismo até o dia 10 do mês subsequente, com a antecipação agora da folha de novembro deste ano.

Ao longo dos onze meses, o governador Ronaldo Caiado tem dito que a prioridade de sua gestão é manter o pagamento em dia do funcionalismo. "Sempre disse que, apesar da crise fiscal e financeira, a folha de pessoal é prioridade e estamos mantendo o compromisso de quitação em dia".

O HOJE (05/12)

Governo avalia que ajuda do MPF sobre caso Enel não se trata de recuo

Samuel Straioto

Na última segunda-feira (2), o governador de Goiás, Ronaldo Caiado foi até o Procurador Chefe do Ministério Público Federal (MPF) para expor os problemas relativos ao fornecimento de energia elétrica no estado. Caiado argumentou que o pedido para atuação do MPF não significa um recuo por parte do governo na questão.

"Não confunda os sinais. São fatores que fazem parte dentro de um processo que precisamos mostrar que o goiano está sofrendo, outros governos ficavam calados, pois tinham o rabo preso, então o governo é independente e tem a responsabilidade de cuidar do povo goiano", afirmou Caiado.

Quanto à possibilidade de a Enel buscar a justiça para manter a concessão relativa aos serviços de energia elétrica no Estado, Caiado declarou que a Enel está no direito e tem prerrogativas, mas que o governo continuará na busca por mudanças na concessão, visando atuação de uma nova prestadora de serviços.

"É o direito que ela tem, direito e prerrogativas. Mas nós vamos lutar para que realmente venha outra empresa que tenha melhor qualidade para fazer o atendimento à população. É isso que nós queremos, o cidadão que venha cumprir o nosso estado, que cumpra com respeito ao nosso estado, aos consumidores, as empresas precisam ampliar o quadro, como também oportunidade de emprego a sociedade", declarou.

Por outro lado, a Enel acredita que conseguirá convencer, pelos resultados já obtido e pelos compromissos de investimento assumidos, que tem melhorado as operações de sua distribuidora de energia em Goiás. **(Especial para O Hoje)**

Cristiano Borges



Goiás e Mato Grosso voltaram a ter 33% dos recursos do FCO

Goiás recupera R$ 71 milhões, 1% do FCO

Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul garantiram a manutenção de recursos que seriam perdidos para o Distrito Federal

Na última reunião de 2019 realizada pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Conselho/Sudeco), em Brasília, na última segunda-feira (2), o governador Ronaldo Caiado conseguiu recuperar R$ 71 milhões do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) para o ano de 2020.

De acordo com a proposta apresentada pelo Banco do Brasil, para o exercício do ano que vem, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul perderiam 1% da verba atual cada um. Esses 3% seriam repassados para o Distrito Federal, em função da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride). Caiado, entretanto, mostrou as consequências sociais da redução do montante para os goianos e, durante deliberação do conselho, conseguiu reverter o resultado da pauta em discussão, por seis votos a cinco. O desempate foi dado pelo ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto.

Com a reviravolta no debate, Goiás e Mato Grosso voltaram a ter 33% dos recursos do FCO; Mato Grosso do Sul, 24%; e o Distrito Federal ficou com 10% e não com 13%, como estava previsto para 2020. "Conseguimos mostrar que os Estados têm mais áreas de carências do que o DF. O FCO é muito importante para o setor produtivo, seja indústria, comércio. Temos que ter uma visão social da aplicação da verba", defendeu Caiado.

Único governador presente na reunião - os outros Estados e o Distrito Federal - mandaram representantes -, Ronaldo Caiado pediu a palavra logo no início do encontro. Ele falou sobre o objetivo dos Fundos Constitucionais, criados no final da década de 1980, para combater as desigualdades regionais, e destacou que o parâmetro balizador do fundo deve ser o Índice Multidimensional da Carência das Famílias (IMCF) e não somente a quantidade de projetos executados.

Ao apresentar seus argumentos para recuperar 1% do recurso que estava sendo perdido, o que equivale a R$ 71, 2 milhões, o governador fez várias comparações. Uma delas diz respeito à proporção entre o número de habitantes do DF e de Goiás (3 milhões X 7 milhões) e o orçamento que cada ente tem na área da Saúde (R$ 8,2 bilhões X R$ 2,3 bilhões).

"O presidente Jair Bolsonaro já mostrou que não coaduna com o pensamento de ilhas de prosperidade e continentes de desigualdades. A forma de pensarmos diferente, aqui no conselho também, tem que ser agora".

Após a exposição, o governador pediu que a votação fosse nominal. O vice-governador do Mato Grosso foi o primeiro a acompanhar o voto de Caiado. Os representantes do Ministério da Agricultura e de Ciência e Tecnologia no Condel/Sudeco também hipotecaram apoio à proposta do governador goiano. Com o placar empatado em cinco a cinco, conforme regulamento do conselho, coube ao titular do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) dar o voto de minerva.

"A reunião trouxe em si um conhecimento adicional. A política nacional de desenvolvimento regional tem, na sua essência, o propósito de beneficiar aqueles que não tiveram oportunidades. O governo do presidente Jair Bolsonaro está fazendo diferente, apostando naqueles que não tiveram voz. Por isso, meu voto é para devolver esses 1% a cada um dos Estados", assinalou Canuto.

Agenda

Depois da reunião da Sudeco, o governador esteve com o presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Patrício e do Parnaíba (Codevasf), Marcelo Andrade. Caiado anunciou que será inaugurado um escritório da companhia em Goiânia, na sede da Secretaria Estadual de Agricultura, no próximo dia 17 de dezembro. "Teremos mais celeridade para implantar as obras necessárias em nosso Estado, depois que a verba for aprovada pelo governo federal", informou Caiado.

Orientada por vocações locais, a Codevasf contribui para a melhoria de vida e desenvolvimento socioeconômico, por meio da execução direta ou de parcerias, de ações relacionadas, principalmente, ao desenvolvimento da agricultura irrigada, revitalização de bacias hidrográficas, estruturação de atividades produtivas e oferta de água para garantia da segurança hídrica.

REDAÇÃO(04/12)

Inscrições para CNH Social começam nesta quinta-feira (5/12)

A Redação

Goiânia – O prazo de inscrição para o programa CNH Social vai começar nesta quinta-feira (5/12). Segundo o Governo de Goiás, nesta etapa, serão disponibilizadas 2010 vagas nas modalidades Estudantil, Urbana e Rural.

A proposta é formar, qualificar e habilitar cidadãos de baixa renda para que tenham acesso gratuito à primeira Carteira Nacional de Habilitação. A isenção contemplará as taxas do Detran-GO, além de aulas teóricas e práticas.

As inscrições deverão ser feitas exclusivamente pelo site www.detran.go.gov.br. Os selecionados terão isenção de taxas do Detran-GO (Inclusão de Renach, Licença de Aprendizagem, agendamento de provas teórica e prática), exames médicos e psicológicos, curso teórico e prático, até três retestes e de consulta na Junta Médica, quando se tratar de pessoas com deficiência, para as quais serão reservadas 10% das vagas.